

Ética cristã, riqueza e poder: reflexões sobre a elite dirigente da cidade de Colônia na Idade Média tardia

Cybele Crossetti de Almeida

RESUMO

A cidade alemã de Colônia foi, durante a Idade Média, uma importante metrópole comercial e cultural. A riqueza conquistada possibilitou a obtenção de privilégios reais, decisivos para consolidar o poderio da cidade. As estreitas relações entre política e economia tornam compreensível que alguns dos maiores historiadores alemães, ao estudar a história de Colônia, tenham afirmado que a elite dirigente da cidade após 1396 era formada basicamente por grandes comerciantes. O objetivo desta apresentação é analisar as carreiras do grupo dirigente da cidade de Colônia em fins da Idade Média e como discutir suas motivações e, eventualmente, seus conflitos internos entre a vontade de acumulação, a vontade de servir sua cidade e os preceitos da ética cristã.

Palavras-chave: Ética cristã, riqueza e poder

ABSTRACT

The German city of Cologne was, during the Middle Ages, an important commercial and cultural metropolis. The wealth obtained was very important to consolidate the power of the city. Politics and economy were, therefore, intimately linked and is comprehensible that many of the most important German historians, studying the history of Cologne, asserted that the ruling elite after 1396 was mainly composed by great merchants. The purpose of this presentation is to discuss this interpretation through of the analysis of the individual's career and their motivations as well as the inner conflicts between the desire of wealth increase, the wish to serve their city and the precepts of the Christian ethics.

Key-words: Christian ethics, wealth, power

O ponto de partida deste trabalho foi o meu interesse pela prosopografia, um método ainda pouco conhecido no Brasil e que articula a história institucional com a dos indivíduos¹. E embora Colônia seja uma das cidades mais pesquisadas deste país, existem muito poucos trabalhos prosopográficos sobre a cidade renana, apesar da enorme quantidade de fontes² que são essenciais para este tipo de estudo.

Muitos dos melhores historiadores da Alemanha estudaram – alguns durante várias décadas – a história de Colônia na Idade Média e, através dos seus trabalhos e edições de fontes sabemos que Colônia – com sua população entre cerca de 30.000 ou 40.000 habitantes³ - era

Doutora em História pela Universität Bielefeld, Alemanha, com bolsa do CNPq; professora do Depto. de História, IFCH/UFRGS.

¹ A prosopografia, ao levantar – entre outras questões – a preocupação com a identidade dos sujeitos históricos (o “quem foram eles”) pode cumprir um papel relevante para descartar generalizações e imprecisões. Sobre a prosopografia vide BULST, 1986, p. 2s. e também STONE, 1971, p. 46-79.

² Até recentemente, quando houve o desabamento do arquivo da cidade de Colônia, onde a grande maioria destas fontes estava depositada.

³ IRSIGLER, 1975, p. 225; IRSIGLER, 1977, p. 278; BUSZELLO, 1971, p. 431.

a maior cidade do Sacro Império e uma das maiores da Europa a norte dos Alpes. Era também uma grande metrópole econômica cujas relações comerciais se estendiam: "da Península Ibérica até a região do Danúbio, do Báltico à Silésia e Roma"⁴. Especialmente importantes eram as relações comerciais com os Países Baixos⁵ e com a Inglaterra, onde Colônia "desde 1157 gozava de enormes privilégios, que quase lhe permitiam monopolizar o comércio com a ilha"⁶.

A antiga cidade romana cresceu e enriqueceu durante a Idade Média através de comércio e produção artesanal e com esta riqueza adquiriu privilégios reais⁷, como a crescente autonomia frente ao Arcebispo da cidade, seu senhor legal⁸, e o direito de instituir e recolher impostos, como o famoso *Kölner Stapelrecht* (HENNING, 1891, p. 8-9). Em 1396, a cidade foi agitada por uma revolta⁹ que extinguiu o predomínio do poder político do patriciado abrindo às portas da participação para diversos grupos sociais, como comerciantes recém chegados e artesãos. Herborn demonstrou que havia diferenças entre o *ideal* e a *praxis* da nova constituição (HERBORN, 1980, p. 26ss.) – a *Verbundbrief*, de 1396 – e defende que a nova camada dirigente era uma **plutocracia**, dominada por comerciantes, pois apenas estes (ou, excepcionalmente, artesãos bem sucedidos) teriam condições de preencher o critério da *Abkömmllichkeit* - disponibilidade de tempo, necessária para o exercício de cargos políticos não remunerados (HERBORN, 1977, p. 330). E o caminho mais curto e seguro para a *Abkömmllichkeit* era – como já apontado por Rütting – o rendimento sem trabalho, obtido através de negócios imobiliários (RÜTHING, 1981, p. 19 e 23) ou outros tipos de investimentos.

Os trabalhos clássicos de Wolfgang Herborn, Klaus Militzer, Franz Irsigler dentre outros, me trouxeram uma série de questões, como por exemplo: se, em uma cidade tão grande como Colônia, pode-se falar de *uma* camada dirigente. Como carreira é um conceito central para a prosopografia, procurei investigar os indivíduos desta nova camada dirigente

⁴ ENNEN, 1975, p. 187; PLANITZ, 1935, p. 4; KELLENBENZ, 1967, p. 10, 23-24; CREMER, 1936, p. 39; IRSIGLER, *Die Frankfurter Messen*, p. 341s entre outros.

⁵ KELLENBENZ, 1967, p. 29 e HOUTTE, 1941, p. 176s. Vide também BONENFANT, 1953, p. 399-447; MILITZER/RÖßNER, 2000, p. 227-236. Também as relações com a Itália, especialmente com Veneza, eram importantes, vide BEUTIN, 1957, p. 40s.

⁶ STEHKÄMPER, 1973, p. 351; KELLENBENZ, 1967, p. 8, 19, 22; HANSEN, 1910, p. 351s. entre outros. Até o século XV os habitantes de Colônia tinham direitos especiais na Inglaterra, DÖSSELER, 1936, p. 51; BUSZELLO, 1971, p. 434; HÖHLBAUM, 1883, p. 42, 47s. Devido a isso este é um tema bastante estudado, vide, por exemplo, HUFFMAN, 1990; SCHNURMANN, 1991; HUFFMAN, 2002.

⁷ Para estratégias semelhantes adotadas pelo Conselho da cidade de Nürnberg, para obter privilégios do papa e do imperador, vide STROMER, 1966, p. 5 e 8.

⁸ Em 1355 a cidade obtém do imperador Carlos IV o direito de não ter que responder pelas dívidas e acordos do Arcebispo, vide IRSIGLER, 1975, p. 219.

⁹ Chamada de "revolução" na literatura especializada, apesar de não alterar muitas das estruturas de poder existentes.

nas suas diferentes trajetórias, com uma abordagem que utilizasse não apenas o seu desenvolvimento político, mas também analisando-a de uma perspectiva social e econômica. O ponto de partida foi o fato de que na Idade Média, poder, prestígio e riqueza eram características inseparáveis dos grupos dirigentes, o que não significa, no entanto, que estes três elementos estavam disponíveis, na mesma medida, para cada um dos membros da camada dirigente.

Assim, além da questão clássica sobre o motivo para a clara tendência à oligarquização, perceptível após 1396, a utilização do método prosopográfico neste trabalho trouxe outros questionamentos, como por exemplo: Se é verdade que o antigo patriciado foi substituído após 1396 por uma nova camada dirigente de ricos comerciantes (HERBORN, 1977, p. 330.) por que estes novos poderosos então geralmente *não* são designados nas fontes como comerciantes? Podemos perguntar então se muitas das posições mais importantes na política não estavam ocupadas por comerciantes? Como na pesquisa em geral é reconhecido que a riqueza é uma *conditio sine qua non* para as famílias dirigentes, é importante investigar de onde vinha a riqueza, tanto para a família como um todo, quanto para os indivíduos, separadamente. Também são questões importantes: quem realmente pertencia à camada dirigente? Esta camada dirigente não seria melhor compreendida se fosse investigada e classificada através de diferentes modelos de carreira?

Para responder estas questões através de uma análise detalhada foram selecionados – para o período de 1391 até 1513 – três famílias principais que mantiveram-se em instâncias do poder durante quase todo o período, e todos os seus grupos de parentes que puderam ser comprovadas em fontes. Assim, além dos *Namensträger* das famílias principais, foram investigados igualmente pais e irmãos de homens ou mulheres que casaram com membros das três famílias principais e seus herdeiros na primeira geração. O conjunto das famílias investigadas elevou-se, deste modo, de 3 para 25. Fazem parte do catálogo prosopográfico 97 indivíduos, além de 13 *extras*, que não tinham relação direta com as famílias por parentesco, mas que tinham relações próximas com as mesmas, e serviram como uma espécie de grupo de controle, bem como alguns indivíduos que faziam parte das famílias analisadas, mas que viveram fora do período em questão.

Através do conhecimento dos indivíduos e suas diferentes trajetórias foi possível verificar que existiam diferentes modelos de carreiras. Estes modelos foram então divididos em três categorias, *alfa*, *beta* e *gama*, ordenados segundo a intensidade da participação na vida política. Foram considerados não apenas critérios quantitativos – por exemplo quantas vezes alguém foi conselheiro – mas também critérios qualitativos, como para quais funções os

indivíduos foram eleitos. Aqui estava envolvida não apenas uma questão do exercício do poder político propriamente dito, mas também prestígio. Pois o *cursus honorum* que desenvolveu-se ao longo do tempo pode ser definido de acordo com Dirlmeier como “uma escala de prestígio” (DIRLMEIER, 1990, p. 179).

Assim foi possível compreender melhor a dinâmica política de Colônia e também a nova camada dirigente, que não era homogênea, embora formalmente após 1396 não existissem mais limites ao acesso às posições políticas hierarquicamente superiores. As desigualdades no acesso aos cargos políticos não eram mais tão rígidas e claras como antes de 1396, mas são perceptíveis para todo o período investigado. Os resultados apontam claramente para uma divisão da camada dirigente em **superior** e **inferior**. Não se trata de uma divisão rígida, já que as fronteiras entre ambos os grupos eram frequentemente abertas e porque para algumas famílias podem ser encontrados membros em ambos os grupos.

Esta divisão informal em uma camada dirigente superior e inferior tinha não apenas funções políticas, mas também administrativas, e regulava o acesso à vida política – embora de modo não oficial – através de uma divisão com várias gradações. Como simples conselheiros os artesãos eram não apenas tolerados, mas, inclusive, desejados, mas suas carreiras permanecem limitadas dentro de determinadas fronteiras (categorias *beta* e *gama*). Também entre as famílias mais ricas, que atingiam um nível superior, as carreiras eram diferentes, o que possivelmente pode ser explicado através de uma divisão de trabalho intrafamiliar. Como divisão de trabalho compreende-se aqui não apenas o fato de existirem diferentes modelos de carreira dentro de uma mesma família, mas também o fato de que nem todos os membros se dedicavam à política. Ao contrário: para que aqueles que reunissem a adequação e inclinação pudessem se dedicar à política – o que aumentava o prestígio da família como um todo – muitas das famílias estavam dispostas a distribuir os seus membros em outros campos de atuação, como comércio e a vida religiosa. Dentre estes se encontram irmãos, filhos, mas também esposas, que frequentemente apoiavam o trabalho de seus maridos na política¹⁰.

Esta divisão de trabalho no interior da família permitiu que as famílias politicamente mais importantes se mantivessem por um longo período em posições de poder. O conceito de divisão do trabalho pode ser aplicado também para a divisão entre uma camada dirigente superior e inferior, ou seja: alguns indivíduos alcançavam e quase monopolizavam as

¹⁰ Desenvolvi este tema em ALMEIDA, C. C., Poder e divisão do trabalho: a participação das mulheres no sucesso das famílias dirigentes, in: Seminário Internacional Fazendo Gênero (8.: 2008 ago. 25-28: Florianópolis). Corpo, violência e poder: anais. Florianópolis: UFSC, 2008, texto acessível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST70/Cybele_Crossetti_de_Almeida_70.pdf.

posições de comando, enquanto outros, embora fossem ativos politicamente, desempenhavam um papel subordinado e, portanto, tinham mais a ilusão da participação no poder do que o poder propriamente dito.

Sob muitos aspectos as famílias dirigentes de Colônia assemelham-se a várias outras, dentro e fora do império. Além das relações familiares – consangüíneas e por parentesco adquirido – outras formas de sociabilidade – através da convivência nas *Gaffel* e no próprio Conselho, de relações de amizade e vizinhança ou de interesses comuns como no comércio – também tiveram um papel importante e, inclusive, podemos perceber muitas vezes também um “caráter instrumental” (REINHARD, 1979, p. 37-38) destas relações, que podiam ser úteis para a vida política. Também a preocupação em legitimar a riqueza e poder através da caridade estava presente, não apenas de maneira instrumental, mas também como fruto da religiosidade característica da época.

Mas, provavelmente, o que mais diferencia o grupo dirigente de Colônia do de outras cidades é o fato de que em Colônia, na Idade Média tardia, não se pode simplesmente falar de uma camada dirigente de comerciantes. A suposição que os indivíduos politicamente ativos eram comerciantes surge da inexistência de pesquisas prosopográficas sobre esta elite¹¹. Esta interpretação, no entanto, não pode ser aplicada para muitos dos homens que atingiram posições de destaque em Colônia. O motivo para isso é, possivelmente, o fato que ao longo do século XV a complexidade da administração das cidades aumenta, especialmente para uma grande cidade como Colônia. Assim as famílias que tinham mais condições de garantir a dedicação exclusiva de alguns de seus membros à atividade política – consequentemente com melhores resultados – foram as que atingiam o topo desta hierarquia política.

Por trás da interpretação de uma plutocracia (dominada por comerciantes) existe a reflexão que a nova Constituição da cidade de Colônia, a *Verbundbrief* de 1396, concedia um espaço privilegiado aos comerciantes, organizados nas *Kaufleutegaffeln*¹². As *Gaffeln* são uma particularidade de Colônia e podem ser explicadas como o braço político das corporações de ofício. Mas assim como as *Gaffeln* de artesãos podiam reunir indivíduos que não desempenhavam estas atividades – como é o caso, em fins do século XV, de Johann (VIII) von Hirtze, professor universitário, doutor em direito, Conselheiro e prefeito da cidade e que era associado à *Gaffel* dos tecelões – o mesmo se aplica às *Gaffeln* identificadas com os comerciantes, que congregavam os indivíduos mais ricos, mas não necessariamente

¹¹ Embora possamos reconstruir listas de conselheiros e prefeitos, nem sempre é possível descobrir quem eram realmente estes indivíduos.

¹² Por exemplo IRSIGLER, 1974, p. 67. Esta interpretação, no entanto, é muito simplista para explicar as complexas relações de poder dentro do Conselho de Colônia.

comerciantes¹³. Por isso defendo a necessidade de problematizar o conceito *Kaufleutfamilien* (famílias de comerciantes), que frequentemente é impreciso e generalizante. Um exemplo claro disso encontra-se em Hirschfelder, que afirma que, no ano 1417:

"os cidadãos de Colônia Conrad Niden e Johann vanme Hircze [estiveram] durante algum tempo em Constanz. Enquanto Hirtze possivelmente também fazia negócios, para o clérigo Niden certamente o Concílio [de Constanz] estava no centro dos interesses" (HIRSCHFELDER, 1994, p. 525)

A afirmação de Hirschfelder é baseada na suposição que este Johann von Hirtze seria um comerciante, já que ele pertencia à família Hirtze, que seria uma família de comerciantes (*Kaufleutfamilie*)¹⁴. O que Hirschfelder desconhece é que este Johann von Hirtze do início do século XV¹⁵ não era comerciante, mas sim doutor em direito, professor da universidade de Colônia entre 1414 e 1426 (KEUSSEN, 1919, p. 26), e também auxiliar do Conselho da cidade em questões jurídicas (Mitt. 18, p. 64). Sua presença em Constanz tinha relação direta com o Concílio, tanto quanto Conrad Niden, já que ele também era clérigo, já havia atuado anteriormente como advogado da Curia da cidade (KEUSSEN, 1919, p. 26) e, posteriormente, como pároco da igreja de St. Martin (HUISKES, 1988, p. 115). O raciocínio de Hirschfelder é simples: ele confunde duas famílias de Colônia, os Hirtze e os Hirtze von der Landskrone, e por isso supõe que também a primeira seria uma família de grandes comerciantes¹⁶.

Mas não apenas para a família Hirtze não foi encontrado nenhum envolvimento direto com comércio no século XV, como também é questionável se, no caso da família von der Landskrone, pode-se falar de uma família de comerciantes, já que apenas *um* dos seus membros - Diederich (II.) von Hirtze von der Landskrone¹⁷ - teve atuação neste campo. Através de um estudo detalhado foi possível constatar que algumas famílias consideradas/chamadas *Kaufleutfamilien* não poderiam ser consideradas como tais, entre 1391 e 1513, pois frequentemente encontramos para estas apenas um ou dois membros ativos como comerciantes, e em alguns casos isso é válido já para o século XIV.

É importante ainda considerar a atitude ambivalente do homem medieval frente à riqueza: por um lado ela é desejada, procurada efetivamente, muitas vezes sem escrúpulos.

¹³ Como já tive oportunidade de demonstrar em minha tese de doutorado. Aqui, por razões de espaço, os exemplos acabam tendo que ser bem mais restritos. Para aprofundar o assunto vide: ALMEIDA, 2008, tese de doutorado, BSCSH.

¹⁴ Hirschfelder provavelmente tomou acriticamente a interpretação de Irsigler que, apesar de sua inquestionável importância como historiador, apresenta problemas na identificação de indivíduos das famílias Hirtze e Hirtze von der Landskrone, vide IRSIGLER, 1979, p. 312. Estes problemas são, aliás, bastante comuns na pesquisa em Idade Média, como demonstrado por Rütthing, vide RÜTHING, 1986, p. 215s.

¹⁵ Foram encontrados e catalogados, para todo o período, *onze* indivíduos chamados Johann von Hirtze!

¹⁶ HIRSCHFELDER, 1994, p. 88. Ele comete o mesmo erro que Fahne, que já no século XIX foi corrigido por Lau, vide LAU, 1895, p. 113.

¹⁷ Diederich (II) von Hirtze von der Landskrone atuou como importador de peles entre 1460 e 1469, IRSIGLER, 1979, p. 236; e também como representante comercial de Alf von der Burg e Johann (II) von Dauwe na França e Navarra, KUSKE, 1917 p. 89; IRSIGLER, 1979, p. 302 e HIRSCHFELDER, 1994, p. 48.

Por outro lado, a riqueza é visto como algo suspeito, advindo de meios escusos, práticas condenáveis e falta de atenção aos preceitos cristãos como o amor ao próximo, à caridade etc. A posição crítica da igreja frente ao empréstimo com juros – *ad usuras* – é bastante conhecida¹⁸, e isso pode ter sido um dos motivos pelos quais este tipo de negócio fosse dissimulado (MASCHKE, 1964, p. 329), especialmente por aqueles que tinham ou aspiravam a uma carreira na política e que, por isso, estavam especialmente preocupados com a sua *boa fama*¹⁹. A dissimulação de negócios de crédito já foi apontada por alguns autores como uma das razões para a importância dos negócios imobiliários – dos quais uma grande parte baseada em rendas – na cidade de Colônia²⁰. Existe também a possibilidade do dinheiro advir de outras atividades, como empréstimos, negócios imobiliários e investimento em rendas²¹, ou ainda de uma maneira indireta, como investidores em companhias de comércio sem uma participação direta (SIEH-BURENS, 1986, p. 66), o que permitia viver do lucro sem grandes riscos²², e dedicar-se a outras atividades consideradas mais honradas, como a política. Neste período era o comércio, e não a política, que era algo visto pela ética cristã e pelo senso comum como perigoso para aqueles que se preocupavam com a sua boa fama e a salvação de suas almas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. C., Prosopographische Untersuchung zu Kölner führenden Familien im Spätmittelalter; Tese (doutorado) Universität Bielefeld. Faculdade de História, Filosofia e Teologia, Alemanha, 2008, 925 p., inédita, disponível na Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas (BSCSH) da UFRGS.

¹⁸ LE GOFF, 1982, p. 111, 120s; STARK, 1981, p. 22; THOMSON, 1988, p. 265s.; MÜLLER, 2000, p. 112; CREMER, 1936, p. 30s. etc. Embora elementos da igreja tenham se adequado à nova realidade econômica e participassem inclusive do sistema de crédito – não apenas como recebedores mas também como credores, como podemos verificar nos Schreinsbücher e Testamentos da cidade de Colônia. Vide sobre este tema também HANSEN, 1910, p. 408; TRUSEN, 1972, p. 148-149. É importante lembrar que „From the thirteenth century, however, scholastic writers, while condemning usury, accepted that the payment of interest might be justified as compensation for possible loss (*lucrum cessans*) on the part of the lender“, THOMSON, 1988, p. 272. Além disso, a crítica à usura concentrava-se frequentemente nos judeus e as elites urbanas aproveitavam-se disso quando estes eram expulsos das cidades e os seus bens podiam ser comprados por um valor ínfimo. Deve ser lembrado também que na *Reformatio Sigismundi* o centro do conceito de usura – encarado como pecado mortal – era o binômio juros/usura, vide BAUER, 1975, p. 113.

¹⁹ A incapacidade legal de determinados grupos sociais e profissionais – como barbeiros, intermediários de comércio, usurários, adúlteros, filhos ilegítimos – é um forte indício da preocupação com a sua reputação por parte dos Conselheiros.

²⁰ MILITZER, 1983, p. 79s.; CREMER, 1936, p. 32s e também MÜLLER, 2000, p. 112.

²¹ Zöllner constata esta tendência nos negócios de Gerhard Unmaze, reconhecido como o maior comerciante do século XII, ZÖLLNER, 1993, p. 66. Sobre a importância de rendas e empréstimos como fontes de rendimentos das camadas dirigentes em fins da Idade Média vide NICHOLAS, 1997, p. 198-199; WINTERFELD, 1925, p. 32s.; RÜTHING, 1981, p. 19; WOLFF, 1942, p. 39 entre outros.

²² O que tornou-se possível com a popularização das companhias de comércio, vide WEBER, 1970, p. 16, 22, 24, 162; MASCHKE, 1964, p. 320s.; ISENMLNN, 1988, p. 364; BURKE, 1991, p. 72; verbete „Handelsgesellschaften“, in: Lexikon des Mittelalters, vol. IV: 1901. Outros exemplos neste sentido em HÄBERLEIN, 1994, p. 47 e IRSIGLER, 1972, p. 75-76.

BAUER, C., *Der Wucher-Begriff der Reformatio Sigismundi*, in: Aus Stadt- und Wirtschaftsgeschichte Südwestdeutschlands. Festschrift für Erich Maschke zum 75. Geburtstag, Stuttgart, 1975, p. 110-117.

BEUTIN, L., *Italien und Köln*, in: Studi in onore di Armando Saporì. A cura di G. Astuti, E. Bach, G. Barbieri u.a., Milano, 1957, p. 30-46.

BONENFANT, P., *L'origine des villes brabançonnnes et la "route" de Bruges à Cologne*, in: Revue Belge de Philologie et d'Histoire, 31 (1953), p. 399-447.

BÖSE, K., *Städtischen eliten in Troyes im 16. Jahrhundert*, in: Francia, 11 (1983), p. 341-363.

BULST, N., *Zum Gegenstand und zur Methode von Prosopographie*, in: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.), Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 Dec. 1982), Kalamazoo, Michigan, 1986, p. 1-16²³.

BURKE, Veneza e Amsterdã, São Paulo, Brasiliense, 1991.

BUSZELLO, H., *Köln und England. 1468-1509*, in: Köln, das Reich und Europa (Mitteilungen aus dem Staatsarchiv von Köln 60). Köln 1971, p. 431-467.

CREMER, O., Der Rentenkauf im mittelalterlichen Köln: nach Schreinsurkunden des 12. bis 14. Jahrhundert, (Diss. Rechtswissenschaftliche Fakultät), Würzburg, 1936.

DIRLMEIER, U., *Merkmale des sozialen Aufstiegs und der Zuordnung zur Führungsschicht in süddeutschen Städten des Spätmittelalters*, in: GUARDUCCI, A. (A cura di), Gerarchie economica e gerarchie sociale secoli XII-XVII, (Atti delle Settimane di Studi, Prato, XII). Firenze, 1990, p. 171-215.

DÖSSELER, E., *Der Handel und Verkehr Westfalens mit Köln zur Hansezeit*, in: JbDKGV, 18 (1936), p. 1-64.

ENNEN, E., *Kölner Wirtschaft im Früh- und Hochmittelalter*, in: KELLENBENZ, Hermann (Hg.), Zwei Jahrtausende Kölner Wirtschaft, vol. 1, Köln, 1975, p. 87-193.

HÄBERLEIN, M., *Familiäre Beziehungen und geschäftliche Interessen: Die Augsburger Kaufmannsfamilie Böcklin zwischen Reformation und Dreißigjährigem Krieg*, in: Zeitschrift des Historischen Verein für Schwaben, 87 (1994), p. 39-58.

HANSEN, J., *Der englische Staatskredit unter König Eduard III. (1327-1377) und die hansische Kaufleute. Zugleich ein Beitrag zur Geschichte des kirchlichen Zinsverbotes und des rheinischen Geldgeschäftes im Mittelalter*, in: Hansisches Geschichtsblätter, 16 (1910), p. 323-415.

HEIDENREICH, H., Der Kölner Handel nach England im 15. Jahrhundert, Staatsexamensarbeit, Bonn 1973.

HENNING, A., Steuergeschichte von Köln in den ersten Jahrhunderten städtischer Selbständigkeit bis zum Jahre 1370 (Dissertation, Universität Leipzig), Dessau, 1891.

HERBORN, W., Die politische Führungsschicht der Stadt Köln im Spätmittelalter (Rhein. Archiv 100), Bonn, 1977.

HERBORN, W., *Verfassungsideal und Verfassungswirklichkeit in Köln während der ersten zwei Jahrhunderte nach Inkrafttreten des Verbundbriefes von 1396 dargestellt am Beispiel des Bürgermeisteramtes*, in: EHBRECHT, W. (Hg.), Städtische Führungsgruppen und Gemeinde in der werdenden Neuzeit (Städtforschung A 9). Köln-Wien, 1980, p. 25-52.

HIRSCHFELDER, G., Die Kölner Handelsbeziehungen im Spätmittelalter (Veröffentlichungen des Kölnischen Stadtmuseums, Hrg. v. Werner Schäfke, Heft X), Köln, 1994.

²³ Traduzi este texto para o português, vide: BULST, N., *Sobre o objeto e o método da prosopografia*, in: Politeia: História e Sociedade, vol. 5, nr. 1, 2005, p. 47-67.

HÖHLBAUM, K., Kölns älteste Handelsprivilegien für England, Leipzig, 1883.

HOUTTE, J.A., *Die Handelsbeziehungen zwischen Köln und den südlichen Niederlanden bis zum Ausgang des 15. Jahrhunderts*, in: JbKGV, 23 (1941), p. 141-184.

HUFFMAN, J., *Prosopography and the anglo-imperial connection: a Cologne ministerial family and its English relations*, in: Medieval prosopography 11 (1990), p. 53-134.

HUFFMAN, J., Family, commerce and religion in London and Cologne: Anglo-German Emigrants, c. 1000-c.1300, Cambridge, 2002.

IRSIGLER, F., Die wirtschaftliche Stellung der Stadt Köln im 14. und 15. Jahrhundert: Stukturanalyse einer Spätmittelalterlichen Exportgewerbe- und Fernhandelsstadt (Vierteljahrsschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte, Bd. 65. Hrsg. v. Otto Brunner, Hermann Kellenbenz u.a.), Wiesbaden, 1979.

IRSIGLER, F., Soziale Wandlungen in der Kölner Kaufmannschaft im 14. und 15. Jahrhundert, in: Hansische Geschichtsblätter, 92 (1974), p. 59-78.

IRSIGLER, F., *Kölner Wirtschaft im Spätmittelalter*, in: KELLENBENZ, Hermann (Ed.), Zwei Jahrtausende Kölner Wirtschaft, vol. 1, Köln, 1975, p. 217-319.

IRSIGLER, F., *Industrial Production, International Trade and Public Finances in Cologne (XIVth and XVth centuries)*, in: The Journal of European Economic History, 6 (1977), p. 269-306.

IRSIGLER, F., *Die Frankfurter Messen und die Handelsbeziehungen mit Oberdeutschland im 15. Jahrhundert*, in: STEHKÄMPER, H. (Ed.), Köln, der Rhein und das Reich: Abhandlungen über weiträumig Verflechtungen der Stadt Köln in Politik, Recht und Wirtschaft im Mittelalter, (Mitteilungen aus dem Stadtarchiv von Köln, 60), 1971, p. 341-429.

ISENMANN, E., Die deutsche Stadt im Spätmittelalter: 1250-1500, Stuttgart, 1988.

KELLENBENZ, H., *Der Aufstieg Kölns zur mittelalterlichen Handelsmetropole*, in: JbdKGV, 41 (1967), p. 1-30.

KEUSSEN, H. (Ed.), Die Matrikel der Universität Köln: 1389-1559, (Publ. VIII), 3 vol., Bonn, 1919-1931.

KUSKE, B. (Ed.), Quellen zur Geschichte der Kölner Handels und Verkehrs im Mittelalter, 4 vol. (Publ., 33), Bonn, 1917-1934.

LAU, F., *Das Kölner Patriziat bis zum Jahre 1325*, in: Mitteilungen aus dem Historischen Archiv der Stadt Köln, Bd. 24 (1893), p. 65-89, Bd. 25 (1894), p. 358-81, Bd. 26 (1895), p. 103-58.

LE GOFF, J., Time, work and culture in the middle ages, Chicago/London, 1982.

MASCHKE, E., *Das Berufsbewußtsein des mittelalterlichen Fernkaufmans*, in: WILPERT, P./ECKERT, W.P. (Ed.), Beiträge zum Berufsbewußtsein des mittelalterlichen Menschen, (Miscellanea Mediaevalia, 3). Berlin, 1964, p. 306-335.

MILITZER, K./RÖßNER, R., *Rheinischer Wein in Brügge*, in: JÖRN, N./PARAVICINI, W./WERNICKE, H. (Ed.), Hansakaufleute in Brügge. Teil 4: Beiträge der Internationalen Tagung in Brügge, April 1996. Frankfurt a.M., 2000, p. 227-236.

MILITZER, K., Ursachen und Folgen der innerstädtischen Auseinandersetzungen in Köln in der zweiten Hälfte des 14. Jahrhunderts (Veröffentlichungen des Kölnischen Geschichtsvereins 36), Köln, 1980.

MÜLLER, A., *Zwischen Verschuldung und Steurrebellion: Die mittelalterliche Stadt and den Beispielen Florenz und Köln*, in: SCHULTZ, Uwe (Ed.), Mit dem Zehnten fig es an. Eine Kulturgeschichte der Steuer, München, 2000, p. 100-113.

NICHOLAS, D., The later medieval city: 1300-1500, (A History of Urban Society in Europe), London and NY, 1997.

- PLANITZ, H., *Das Kölner Recht und seine Verbreitung in der späteren Kaiserzeit*, in: Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte, Germanistische Abteilung, 55 (1935), p. 1-40.
- REINHARD, W., Freunde und Kreaturen: Verflechtung als Konzept zur Erforschung historischer Führungsgruppen Römischer Oligarchie um 1600 (Schriften der Philosophischen Fachbereiche der Universität Augsburg, Nr. 14), München, 1979.
- RÜTHING, H., *Die Familie in einer deutschen Kleinstadt am Übergang vom Mittelalter zur Neuzeit: Materialien und Beobachtungen*, in: BUST, N./GOY, J./HOOCK, J. (Ed.), Familie zwischen Tradition und Moderne: Studien zur Geschichte der Familie in Deutschland und Frankreich vom 16. bis zum 20. Jahrhundert, (Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft, Bd. 48). Göttingen, 1981, p. 19-38.
- RÜTHING, H., *Der Wechsel von Personennamen in einer spätmittelalterlichen Stadt. Zum Problem der Identifizierung von Personen und zum sozialen Status von Stadtbewohnern mit wechselnden oder unvollständigen Namen*, in: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.), Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982), Kalamazoo, Michigan, 1986, p. 215-225.
- SCHNURMANN, C., Kommerz und Klüngel. Der Englandhandel Kölner Kaufleute im 16. Jahrhundert (Veröffentlichungen des Deutschen Historischen Instituts London, 27), Göttingen/Zürich, 1991.
- SIEH-BURENS, K., Oligarchie, Konfession und Politik im 16. Jahrhundert: zur sozialen Verflechtung der Augsburger Bürgermeister und Stadtpfleger 1518-1618, München, 1986.
- STARK, W., *Zins und Profit beim hansischen Handelskapital*, in: FRITZE/MÜLLER-MERTAS/SCHIDHAUER (Ed.), Zins-Profit, Ursprünglich Akkumulation, (Hansische Studien V), Weimar, 1981, p. 13-27.
- STEHKÄMPER, H., *Die Stadt Köln und Westfalen. Versuch eines ersten Überblicks*, in: Westfalen, 51 (1973), p. 346-377.
- STONE, L., *Prosopography*, in: Daedalus, 100 (1971), p. 46-79.
- STROMER, W., *Handel und Geldgeschäfte der Mendel von Nürnberg 1305-1449*, in: Tradition, 11, (1966), p. 1-16.
- THOMSON, J. A. F., *Wealth, poverty and mercantile ethics in late medieval London*, in: BULST/GENET, (Ed.), La Ville, la bourgeoisie et la genèse de l'État moderne (XIIIe-XVIIIe siècles), Paris, 1988, p. 265-277.
- TRUSEN, W., *Zum Rentenkauf im Spätmittelalter* (Ed. by Max-Plancks-Instituts für Geschichte 36/II), in: Festschrift für Hermann Heimpel zum 70. Geburtstag, Göttingen, 1972, p. 140-158.
- WEBER, M., Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter: nach südeuropäischen Quellen, Amsterdam, 1970.
- WINTERFELD, L., *Handel, Kapital und Patriziat in Köln bis 1400*, in: Pfingstblätter des Hansischen Geschichtsverein (Lübeck) Blatt XVI (1925), p. 3-83.
- WOLFF, Ph., *Une famille du XIIIe au XVIe siècle: les Ysalguier de Toulouse*, in: Mélanges d'histoire sociale; Annales d'Histoire Sociale, 1 (1942), p. 35-58.
- ZÖLLER, S., Kaiser, Kaufmann und die Macht des Geldes: Gerhard Unmaze von Köln als Finanzier der Reichspolitik und der "Gute Gerhard" des Rudolf von Ems (Forschungen zur Geschichte der älteren deutschen Literatur, Ed. by J. Bumke, T. Cramer, K. Grubmüller u.a.), München, 1993.